

## INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS CAUCAIA

## Termo de Referência 3/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	158960-INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS CAUCAIA	DYEGO FILGUEIRAS DE SOUSA	29/05/2026 15:59 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	13/2026	23486.001160/2026-11

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23486.001160/2026-11)

## TERMO DE REFERÊNCIA

## CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e acessórios, inclusive de sinalização, recarga, pintura e realização de ensaios/testes hidrostáticos em extintores de incêndio, bem como a elaboração de laudos técnicos pertinentes aos serviços prestados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

IFCE CAMPUS FORTALEZA - GERENCIADOR - GRUPO 1 - UASG 158313 - ITENS 1 A 20

IFCE CAMPUS CAUCAIA - PARTICIPANTE - GRUPO 2 - UASG 158960 - ITENS 21 A 34

IFCE CAMPUS CEDRO - PARTICIPANTE - GRUPO 3 - UASG 158318 - ITENS 35 A 50

IFCE CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE - PARTICIPANTE - GRUPO 4 - UASG 158316 - ITENS 51 A 64

IFCE CAMPUS UMIRIM - PARTICIPANTE - GRUPO 5 - UASG 158957 - ITENS 65 A 77

IFCE CAMPUS CAMOCIM - PARTICIPANTE - GRUPO 6 - UASG 158961 - ITENS 78 A 81

IFCE CAMPUS TIANGUÁ - PARTICIPANTE - GRUPO 7 - UASG 158956 - ITENS 82 A 92

IFCE CAMPUS SOBRAL - PARTICIPANTE - GRUPO 8 - UASG 158317 - ITENS 93 A 103

IFCE CAMPUS ACOPIARA - PARTICIPANTE - GRUPO 9 - UASG 158969 - ITENS 104 A 113

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	10	38,52	385,20
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	10	51,30	513,00
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	20	47,02	940,40
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	50	59,30	2.965,00
5	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	81	62,03	5.024,43
6	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	52	42,00	2.184,00
7	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	10	39,09	390,90
8	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	10	45,94	459,40
9	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	20	39,09	781,80
10	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	50	45,94	2.297,00
11	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	81	49,47	4.007,07
12	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	52	49,47	2.572,44
13	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
14	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3662	Unidade	1	1.080,88	1.080,88
15	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 8 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	10	128,65	128,65
16	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 12 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	10	148,22	148,22
17	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 50 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	6	688,69	688,69
18	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 8 KG (CILINDRO).	3662	Unidade	10	138,65	138,65
19	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 12 KG (CILINDRO).	3662	Unidade	10	168,22	168,22
	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM					

20	REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 50 KG (CILINDRO).	3662	Unidade	6	733,69	733,69
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - FORTALEZA - GRUPO 1						30.607,64
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	22	38,52	847,44
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	2	51,30	102,60
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	28	47,02	1.316,56
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	22	59,30	1.304,60
5	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	14	62,03	868,42
6	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	4	42,00	168,00
7	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	7	39,09	273,63
8	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	1	45,94	45,94
9	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	8	39,09	312,72
10	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	7	45,94	321,58
11	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	4	49,47	197,88
12	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	1	49,47	49,47
13	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
14	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3662	Unidade	1	1.080,88	1.080,88
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - CAUCAIA - GRUPO 2						11.889,72
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	4	38,52	154,08
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	4	51,30	205,20
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	7	47,02	329,14
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	35	59,30	2.075,50
	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2					

5	(ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	35	62,03	2.171,05
6	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	35	42,00	1.470,00
7	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	4	39,09	156,36
8	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	4	45,94	183,76
9	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	7	39,09	273,63
10	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	35	45,94	1.607,90
11	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	35	49,47	1.731,45
12	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	35	49,47	1.731,45
13	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	2	5.000,00	10.000,00
14	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3662	Unidade	2	1.080,88	2.161,76
15	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 50 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	15	688,69	10.330,35
16	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 50 KG (CILINDRO).	3662	Unidade	15	733,69	11.005,35
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - CEDRO - GRUPO 3						45.586,98

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	10	38,52	385,20
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	5	47,02	235,10
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	28	59,30	1.660,40
5	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	28	62,03	1.736,84
6	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	44	42,00	1.848,00
7	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	10	39,09	390,90
9	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	5	39,09	195,45
10	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	28	45,94	1.286,32
11	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	28	49,47	1.385,16
	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM					

12	REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	44	49,47	2.176,68
13	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
14	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3662	Unidade	1	1.080,88	1.080,88
15	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 8 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	1	128,65	128,65
16	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC OU ABC 8 KG (CILINDRO).	3662	Unidade	10	138,65	1.386,50
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - JUAZEIRO DO NORTE - GRUPO 4						18.896,08
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	10	38,52	385,20
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	10	51,30	513,00
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	14	47,02	658,28
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	12	59,30	711,60
5	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	20	62,03	1.240,60
6	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	6	42,00	252,00
7	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	10	39,09	390,90
8	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	10	45,94	459,40
9	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	14	39,09	547,26
10	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	12	45,94	551,28
11	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	20	49,47	989,40
12	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	6	49,47	296,82
13	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3662	Unidade	1	1.080,88	1.080,88
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - UMIRIM - GRUPO 5						8.076,62
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	50	51,30	2.565,00
	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM					

2	REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	50	45,94	2.297,00
3	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	2	5.000,00	10.000,00
4	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3662	Unidade	1	1.080,88	1.080,88
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - CAMOCIM - GRUPO 6						15.942,88

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	7	38,52	269,64
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	12	47,02	564,24
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	9	59,30	533,70
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	7	62,03	434,21
5	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	4	42,00	168,00
6	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	7	39,09	273,63
7	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	12	39,09	469,08
8	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	9	45,94	413,46
9	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	7	49,47	346,29
10	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	4	49,47	197,88
11	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - TIANGUÁ - GRUPO 7						8.670,13

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	11	47,02	517,22
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	10	59,30	593,00
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	74	62,03	4.590,22
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	25	42,00	1.050,00
5	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	5	39,09	195,45
6	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	6	45,94	275,64
	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM					

7	REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	11	39,09	429,99
8	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	10	45,94	459,40
9	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	20	49,47	989,40
10	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	15	49,47	742,05
11	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - SOBRAL - GRUPO 8						14.842,37
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	8	38,52	308,16
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	2	51,30	102,60
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	54	62,03	3.349,62
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	2	42,00	84,00
5	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	8	39,09	312,72
6	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	2	45,94	91,88
7	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	2	49,47	98,94
8	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	2	49,47	98,94
9	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
10	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3662	Unidade	1	1.080,88	1.080,88
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - ACOPIARA - GRUPO 9						10.527,74
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	18	38,52	693,36
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	3	59,30	177,90
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	2	42,00	84,00
4	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	18	39,09	703,62
5	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	3	45,94	137,82

6	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	2	49,47	98,94
7	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
8	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3662	Unidade	1	1.080,88	1.080,88
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - MOMBAÇA - GRUPO 10						7.976,52
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	19	38,52	731,88
2	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	36	51,30	1.846,80
3	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG	3662	Unidade	19	47,02	893,38
4	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	36	59,30	2.134,80
5	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA AGENTE EXTINTOR CO2, CARGA ÚTIL 6 KG	3662	Unidade	36	62,03	2.233,08
6	MANUTENÇÃO EXTINTORES / COMBATE INCÊNDIO: INSPEÇÃO DE NÍVEL 2 (ABNT NBR 12962) E RECARGA - AGENTE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 LITROS	3662	Unidade	33	42,00	1.386,00
7	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	19	39,09	742,71
8	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	36	45,94	1.653,84
9	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 4 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	19	39,09	742,71
10	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO BC, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	36	45,94	1.653,84
11	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2, CARGA ÚTIL 6 KG (CILINDRO)	3662	Unidade	36	49,47	1.780,92
12	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III (ABNT NBR 13485), TESTE HIDROSTÁTICO COM REPINTURA E RECARGA, EM EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CARGA ÚTIL 10 L (CILINDRO)	3662	Unidade	33	49,47	1.632,51
13	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	16004	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - NATAL - GRUPO 11						22.432,47

- 1.1.2. Havendo divergência de valores ou numeração de itens, prevalecerão aqueles constantes no Sistema Compras.
- 1.1.3. A descrição constante neste Termo de Referência prevalece sobre qualquer outra especificação.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que uma vez que a manutenção periódica é indispensável para a segurança das instalações e das pessoas, não podendo ser interrompida sem risco à integridade



física e patrimonial, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [nos termos do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato ou data expressamente prevista em contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Aqueles constantes na Seção 4 do Estudo Técnico Preliminar, Anexo a este Termo de Referência.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. (SUPRESSÃO)

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. (SUPRESSÃO)

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. (SUPRESSÃO)

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **Instalação de estabelecimento**

4.8. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar estabelecimento contendo estrutura técnica e operacional adequadas em relação à legislação aplicável à atividade empresarial, no município de Caucaia/CE ou Fortaleza/CE, pelas razões inerentes ao objeto contratado.

**4.8.1. A exigência do item anterior aplica-se exclusivamente aos Grupos 1 e 2.**

Margem de Preferência

4.9. (SUPRESSÃO)

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Após a assinatura do Contrato e nomeação do(s) Fiscal(is), o(s) responsável(is) avaliará(ão) a necessidade de solicitação dos serviços, que deverá ser providenciada por meio de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços da sede de cada órgão ou entidade contratante.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **as retiradas e devoluções do extintores devem ocorrer de segunda a sexta das 09:00 às 16:00 ou horário previamente acordado com o órgão ou entidade contratante.**

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1.1. Atendimento ao disposto no item 4.4 e 13.4 dos Estudos Técnicos Preliminares;

5.3.1.2. Antes do recolhimento, os responsáveis pela fiscalização deverão esvaziar os extintores a serem recolhidos e pesá-los para, ainda que de maneira superficial, aferir se houve de fato a recarga.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda dos órgãos e entidades contratantes tem como base as seguintes características:

**5.5.1. As informações relevantes como um todo encontra-se descritas ao longo dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.**

**5.5.2. Abaixo consta a relação de peças/componentes/acessórios que poderão ser fornecidas e os ensaios que poderão ser realizados sem prejuízo de outros necessários à correta manutenção dos extintores:**

### **PEÇAS**

- INDIC. PRESSÃO
- SIFÃO ALUMÍNIO
- VÁLVULA M30
- VÁLVULA CO2
- MANG. PQS/AP/EM
- MANGUEIRA CO2
- PINO
- DIFUSOR
- QUEBRA JATO
- TRAVA
- CONJUNTO BUJÃO
- PISTOLA
- QUADRO INSTR.
- DISCO SEGURANÇA
- RODA DE CARRETA
- LACRE
- MIOLO
- CONJUNTO APAG
- ARRUELA
- MOLA
- PUNHO
- O'RING
- ABRAÇADEIRA
- PERA
- VOLANTE AMPOLA
- BUCHA PQS/AP
- ESGU. ESP. MEC.
- VEDAÇÃO MIOLO
- CORRENTE
- VÁLVULA P1/P2
- VÁLVULA ABL
- SIFÃO PVC
- SAIA PLÁSTICA

- AMBIENTE
- FABRICANTE
- CONJ. ROSCADOS
- CONJ. RODAGEM
- CORPO EXTINTOR
- COMP. EXTINTOR
- MASSA E CARGA
- GARANT.
- ANEL
- CORD. PLÁSTICO
- TAMPA
- MANGUEIRA PQS
- MANGUEIRA AP
- MANGUEIRA EM
- CABO E GATILHO
- PLACAS DE SINALIZAÇÃO
- FITAS REFLETIVAS
- SUPORTES

## **ENSAIOS**

- ENSAIO IND. PRESSÃO
- ENSAIO MANGUEIRA
- ENSAIO VÁLVULA
- REGULADOR VÁLVULA ALÍVIO
- ENSAIO VÁLVULA PNEUMÁTICA
- ENSAIO VÁLVULA HIDROSTÁTICA

## **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. (SUPRESSÃO)

6.8. (SUPRESSÃO)

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. (SUPRESSÃO)

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. a 6.30. (SUPRESSÃO)

## **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. a 6.67. (SUPRESSÃO)

### **Gestor do Contrato**

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços ou ainda o disposto nesta seção.

7.2. (SUPRESSÃO)

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. **Medição dos quantitativos de serviço e peças efetivamente prestados ou fornecidos;**

7.5.2. **Elaboração de relatório técnico contendo o detalhamento dos serviços prestados com emissão de documento de responsabilidade técnica emitido por profissional legalmente habilitado (ART - CREA / AFT - CRQ), se houver, por parte do órgão ou entidade contratante, a efetiva contratação do item ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS PERTINENTES AOS SERVIÇOS EXECUTADOS COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA; e**

7.5.3. **Autorização para emissão de nota fiscal.**

### Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de realização dos serviços.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.39. a 7.75. (SUPRESSÃO)

## **Reajuste**

7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/04/2026.

7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cessão de Crédito**

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,2%** (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15%** (quinze por cento) a **20%** (vinte por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **12%** (doze por cento) a **15%** (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10%** (dez por cento) a **12%** (doze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **8%** (oito por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5%** (cinco por cento) a **8%** (oito por cento) do valor da contratação*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e MAIOR DESCONTO **exclusivamente para o ITEM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS.**

9.2. (SUPRESSÃO)

### Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.4. a 9.6. (SUPRESSÃO)

9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.7.1. Valores unitários: **tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.**

### Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. Ato de registro para o exercício da atividade de manutenção de extintores níveis II e III, expedido pelo INMETRO nos termos da Lei Nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999 e conformidade perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do domicílio do licitante.

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses**

9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. a 9.40. (SUPRESSÃO)

### Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.41.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará estabelecimento no município de Caucaia ou Fortaleza, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato, observado o disposto no item 4.8 e 4.8.1.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes: Engenheiro Mecânico, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Engenheiro Químico.

9.45.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato no tocante à assinatura dos relatórios técnicos pertinentes aos serviços presta, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.46. (SUPRESSÃO)

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**



9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 195.449,15 (**cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quinze centavos**), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. e 10.3. (SUPRESSÃO).

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Caucaia/CE, na data da assinatura.

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I

### ANEXO I

#### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

### 1. (SUPRESSÃO)

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE PONTES MORALES**

Integrante Técnico / Equipe de Apoio



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 15:59:43.

**DYEGO FILGUEIRAS DE SOUSA**

Integrante Administrativo / Equipe de Apoio



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 11:37:06.

**PAULO HENRIQUE SABOIA TEIXEIRA**

Integrante Administrativo / Equipe de Apoio



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 11:47:50.

